

# CRÍTICA À DESCONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NA PÓS-MODERNIDADE

Wildiana Kátia Monteiro Jovino<sup>1</sup>  
wjovino@gmail.com

## RESUMO

A explosão de protestos políticos, de demandas sociais diversas no mundo e, mais recentemente, no Brasil, traz à tona o grito da insatisfação social e o questionamento acerca da capacidade da política em resolver os conflitos e contradições latentes na base da sociedade. De forma geral, a estrutura da política nacional repousa no reconfortante modelo de democracia que se realiza em base estritamente eleitoral. O tipo de representação política que esta nos oferta realiza-se tão somente no ato do voto, na união pelo consenso, na distribuição e rodízio entre partidos, cargos e rostos que se alternam no rateio dos postos do poder. Espremida entre o poder do capital e o interesse do povo, a política se deflagra com a paradoxal urgência de dar vazão aos interesses da população, suas reflexões, debates e horizontes na vida social ou, na contramão dos interesses sociais, seguir fielmente a agenda do capital. A solução desse impasse não comporta caminhos fáceis. E a mera luta política, de fato, é insuficiente ao enfrentamento dessas questões. O Estado, na liderança do desenvolvimento econômico e como a principal base material de sustentação do sistema sociometabólico do capital, sempre agirá em sua defesa, restando pouca margem às promessas políticas de conquistas reais para a classe trabalhadora. É nessa perspectiva que se buscará a compreensão do papel da política na prática social. Para tanto, no estudo, ainda que este se insira na perspectiva das contradições entre as classes sociais, da dominação capital-trabalho como expoentes determinantes da lógica que preside às relações sociais, pretende-se debater a ressonância da chamada “condição pós-moderna” nas várias dimensões da vida cotidiana e na atividade política contemporânea. Em face da sua influência nas áreas do saber e da cultura, tratar-se-á aqui da sua retórica política, que insiste na deslegitimação, na fragmentação e dissolução do sujeito social. São autores que subsidiam a referida investigação: Mészáros (2009, 2007, 2004), Marx (2008, 1964, 1976), Jameson (1996), Anderson (1999) e Lyotard (2009).

Palavras-chave: Pós-Modernidade - Política - Deslegitimação

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará – UFC. Bolsista UFC/CAPES/PROPAG.

**ABSTRACT**

**A CRITICAL APPRAISAL OF POLITICAL DESCONSTRUCTION WITHIN MODERNITY**

The outbreak of political protests requesting several social changes in the world in the past and more recently in Brazil raises the cry of social unrest and challenges the political configuration aiming at solving latent conflicts and contradictions found in the basic structure of society. On the whole, the national political structure rests on the comfortable model of democracy which is carried out in a strictly electoral base. The type of political representation offered by this feature takes places solely in the act of casting the vote, and it is the resulting configuration of union tied by consensus, distribution and alternation of political power among political parties as seen by changing jobs and faces during division of power posts. Pressed by the power issuing from capital and people's interests, political activity is fired by a paradoxical urgency of releasing population's interests including reflections, debates and prospects, or, conversely, upholding and running against social interests, in this case promoting faithfully the capital agenda. Running out of this deadlock does not include easy solutions. Besides, mere political struggle will not be enough to respond to those issues. The state as a leading economic development agent and serving as the major material basis giving support to the sociometabolic system of capital will always act in defense of capital leaving very little space to the accomplishment of actual conquests for the working class promised by politicians. It is within this configuration that this work will try to understand the role of politics in social practice. To this end, it is studied, in spite of its insertion within a perspective of contradictions among social classes, the supplanting of labor by capital as a determining factor in the logic that presides over social relations, as it is intended here to debate the output of the so-called "post-modern condition" within the several dimensions of daily life and current political activity. In face of its influence in the areas of knowledge and culture it will be treated here according to its political rhetoric that insists on defacing legitimate gains of the social subject by fragmentation and dissolution. The following authors are referred here as contributing to this investigation: Mészáros (2009, 2007, 2004), Marx (2008, 1964, 1976), Jameson (1996), Anderson (1999) and Lyotard (2009).

26

Keywords: Post-Modernity, Politics, Deface of Legitimate Gains

A explosão de protestos políticos, de demandas sociais diversas no mundo e, mais recentemente, no Brasil, traz à tona o grito da insatisfação social e o questionamento acerca da capacidade da política em resolver os conflitos e contradições latentes na base da sociedade. De forma geral, a estrutura da política nacional repousa no reconfortante modelo de democracia que se realiza em base estritamente eleitoral. O tipo de representação que esta abre realiza-se tão somente no ato do voto, na união pelo consenso, na distribuição e rodízio entre partidos, cargos e rostos que se alternam no rateio dos postos do poder. Espremida entre o poder do capital e o interesse do povo, a política se deflagra com a paradoxal urgência de dar vazão aos interesses da população, suas reflexões, debates e horizontes na vida social ou, na contramão dos interesses sociais, seguir fielmente a agenda do capital.

A solução desse impasse não comporta caminhos fáceis. E a mera luta política, de fato, é insuficiente ao enfrentamento dessas questões. O Estado, na liderança do desenvolvimento econômico e como a principal base material de sustentação do sistema sociometabólico do capital, sempre agirá em sua defesa, restando pouca margem às promessas políticas de conquistas reais para a classe trabalhadora. É nessa perspectiva que buscaremos a compreensão do papel da política na prática social. No estudo, ainda que este se insira na perspectiva das contradições entre as classes sociais, da dominação capital-trabalho como expoentes determinantes da lógica que preside às relações sociais, pretendemos debater a ressonância da chamada “condição pós-moderna<sup>2</sup>” nas várias dimensões da vida cotidiana e na atividade política contemporânea. Sob o argumento de uma transformação paradigmática no “estado da cultura” que “afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes” (LYOTARD, 2009), se anunciam o desgaste geral do ideal moderno libertário, o declínio das metanarrativas e a fragmentação da verdade como marco geral da era pós-moderna.

Ante esse “novo” panorama histórico, os adeptos da pós-modernidade se arvoram na pregação da revisão analítica das teorias críticas e na redefinição dos

---

<sup>2</sup> A noção do pós-moderno, embora com vasta referência pregressa em muitos pensadores, ganha destaque e força com a publicação do livro do filósofo francês Jean-François Lyotard, “A condição pós-moderna”, em 1979. Segundo Anderson (1999), “A *condição pós-moderna* foi o primeiro livro a tratar a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana. O ponto de vista do filósofo assegurava-lhe uma ressonância maior entre o público do que qualquer intervenção anterior: continua até hoje talvez a obra mais citada sobre o assunto”. (ANDERSON, 1999, p. 33, grifos do autor).

princípios filosóficos, sociológicos, políticos e educacionais, com o objetivo de liberá-los das teorias explicativas de caráter totalizante, por meio do estabelecimento de padrões teóricos mais adequados aos reclames da “nova era”, que insistem na deslegitimação, fragmentação e dissolução do sujeito social. Seu ceticismo ante toda prescrição universalizante, de pretensão basilar e atemporal para a ação racional e coletiva, traz consequências nada desprezíveis para a prática política que se pretenda radical, levada a cabo pela classe trabalhadora. Quando seus ideólogos decretam a falência de todos os discursos totalizantes, das filosofias explicativas, dos valores morais, sobretudo os cristãos, das instituições e das ilusões no devir, projetam-se também a banalidade cotidiana, o conformismo, o individualismo, o consumismo, o nihilismo, que se arvoram fonte de uma redefinição axiológica e fase preparatória para a chegada do “super-homem” pós-moderno. A descrença e o fatalismo, no entanto, são os sintomas colaterais indesejáveis que camuflam a incompreensão da existência.

No que diz respeito ao conceito de pós-modernidade, seguiremos o entendimento proposto por Mészáros (2009, 2004), que a situa não com origem numa perspectiva cronológica que se opõe à categoria “modernidade”, nos sugerindo o alvorecer de “nova época”, mas como uma “determinada tendência cultural-ideológica” do movimento do sistema capital no momento de sua crise estrutural. Em sua contextualização, a idéia da pós-modernidade defende princípios e valores orientadores para as demandas estratégicas do projeto do capital, que engole tudo.

Mészáros recusa o elogio à costumeira controvérsia esquemática estabelecida entre as concepções da “pós-modernidade” *versus* “modernidade”, pois, na sua compreensão, seria errôneo tomar ao pé da letra a caracterização que cada uma faz de si mesma, na medida em que transformam o que de fato é complementar em incompatibilidade. O autor destaca o fato de que, em detrimento de importantes questões sociais e políticas, a disputa entre essas correntes privilegia inquietações “primariamente metodológicas”. De forma geral, elas tendem à ocultação dos determinantes ideológicos que motivam seus pensadores a articular mitos políticos do “não há alternativa” às determinações do sistema do capital.

Para Mészáros, o uso do termo “pós-moderno” tem implicações problemáticas. A visão anti-histórica predominante nas ideologias burguesas resguarda uma tendência

ao “esquecimento” das conquistas genuínas da tradição iluminista. Numa alusão à célebre frase do Manifesto Comunista (MARX E ENGELS), tudo o que era sólido se desmancha no ar. Suprimida a temporalidade histórica, a formação descrita como “sociedade moderna” adquire caráter paradoxalmente atemporal em direção ao futuro, que nos resguarda tão-somente a resignação cética à carência de sentido que, como um espectro, ronda a história humana. O fundamento mais remoto dessa tendência tem como referência a concepção de história do idealismo hegeliano, isso bem antes de seu representante máximo, Hegel, ser declarado um “cachorro morto” pela classe burguesa<sup>3</sup>.

Nas palavras de Mészáros,

[...] a concepção hegeliana de “modernidade” - definida como a “universalidade racional” do “Estado alemão moderno” (isto é, a Europa imperialista dominante) que representa “absolutamente o final da história” – resume-se à eternização ideológica motivada da ordem dominante, transformando a dinâmica histórica de um processo de desenvolvimento sem fim na permanência atemporal de uma entidade metafísica congelada, a serviço da atenuação dos conflitos. (2004, p. 71).

A motivação pela qual as tendências ideológico-intelectuais hegemônicas predominam nas escolhas de alguns indivíduos – e na indústria editorial - toma por base a natureza das próprias “autoimagens da ideologia dominante”, pois delas se espera não o “verdadeiro” reflexo do mundo social, com a representação objetiva dos principais agentes sociais e seus conflitos, mas tão-somente “uma explicação plausível”, com suporte na qual se possa projetar a “estabilidade” do sistema, atenuar os conflitos e eternizar os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido mediante um quadro categorial específico<sup>4</sup>.

Não surpreende, portanto, que, quando a recomendada “modernização universal” (segundo o modelo do capitalismo norte-americano) mostra ser uma fantasia oca, a fase seguinte procure escapar das novas dificuldades falando sobre a “sociedade pós-industrial”, oferecendo a promessa de transcender as contradições ainda remanescentes do capitalismo contemporâneo. E agora que as expectativas deste último se mostraram totalmente ilusórias, uma vez que os importantes

<sup>3</sup> A filosofia de Hegel torna-se um problema para a burguesia liberal, quando da sua defesa por uma “classe universal”, capaz de superar os interesses egoístas de classe por meio de funcionários públicos altruístas. A orientação foi considerada um exagero pelos ideólogos burgueses, pois involuntariamente admitia a presença de defeitos estruturais na ordem estabelecida, sendo por esta razão abandonada. Cf. Mészáros, 2009b.

<sup>4</sup> Cf. MESZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, p. 68-69.

problemas que estão nas raízes da ideologia se recusam obstinadamente a desaparecer, defrontamo-nos com as ideologias requentadas da “modernidade e seus dissabores” e com o postulado da “pós-modernidade tornada presente”. (MÉSZÁROS, 2004, p. 71).

Na sequência, o debate teórico-ideológico, em seus temas e manifestações particulares, centra-se na rejeição das chamadas grandes narrativas, especulativas ou emancipatórias, como forma de desviar a atenção das determinações sistêmicas da ordem, eternizar o sistema capitalista e, mais propriamente, rejeitar a possibilidade de qualquer sistema rival. Com teorizações ditas “pós-ideológicas” tencionam eliminar até a o conflito hegemônico entre capital e trabalho<sup>5</sup>. Acima de tudo, entretanto, a principal premissa que procuram garantir é a morte do referencial marxista e de seu horizonte socialista de emancipação real proposto para a humanidade.

Em outra análise crítica acerca da metamorfose pós-moderna do capitalismo, F. Jameson (1996) aponta o “extraordinário sucesso” do neologismo pós-moderno e o demarca como a “dominante cultural” que resguarda a lógica a presidir ao sistema do capital no terceiro estágio do capitalismo. Contudo, se mostra reticente quanto ao emprego dessa expressão. Ele diz:

Com relação ao *pós-modernismo*, não procurarei sistematizar um uso ou impor um significado convenientemente conciso e coerente, uma vez que esse conceito não só é contestado, mas é intrinsecamente conflitante e contraditório. Vou argumentar que, por bem ou por mal, não podemos não usá-lo. [...] *Pós-modernismo* não é algo que se possa estabelecer de uma vez por todas e, então usá-lo com a consciência tranqüila. O conceito, se existe um, tem que surgir no fim, e não no começo de nossas discussões do tema. (JAMESON, 1996, p. 25; grifos do autor).

O mencionado autor aponta a “cultura” como uma das “pistas” mais importantes para se qualificar o pós-moderno. Ela se torna a “segunda natureza” que rege o terceiro estágio do capitalismo, qualificado de “tardio”<sup>6</sup>. Não se trata, no entanto, de uma “dominante cultural de uma ordem social verdadeiramente nova” - que somente poderia surgir mediada através da luta coletiva para se criar um outro sistema social - mas

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 71.

<sup>6</sup> Segundo Jameson, o qualificativo “tardio” raramente significa algo tão tolo quanto o envelhecimento, colapso ou fim do sistema como tal [...]. O que “tardio” geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas, porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas. Isso significa que a expressão *capitalismo tardio* traz também embutida a outra metade, a cultural [...]. (JAMESON, 1996, p. 24-25).

apenas o “reflexo e aspecto concomitante de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo”<sup>7</sup>. Nesse sentido, a cultura é o grande *business* que movimenta a produção de mercadorias em geral. Economia e produção cultural “se fundem”, significam a mesma coisa e, assim, estão imersas e dominadas pela lógica anárquica mercadológica do capitalismo tardio.

Jameson compreende que a ressonância cultural do pós-moderno no cotidiano e na vida de todos impede qualquer indiferença ou repúdio simplista a sua influência. Esse *status* só foi possível por força de profundas transformações sociais, culturais e psicológicas que deram suporte ao desfecho social e econômico do pós-modernismo, quais sejam: a reorganização das relações internacionais, a emergência de um outro sistema econômico mundial, a nova divisão global do trabalho, a nova dinâmica de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores, as modernas formas de inter-relacionamento das mídias, computadores e automação, a fuga da produção de áreas desenvolvidas para os Estados periféricos. Como consequências sociais, citam-se a crise do trabalho tradicional, a emergência da geração *yuppies* e a ascensão de uma ideologia centrada na pessoa humana.

O pano de fundo articulado pelo autor ressalta a força da cultura pós-moderna no *habitus* psíquico e na experiência do sujeito que, decretado morto, se constitui como uma “subjetividade individual, como um campo auto-suficiente e um domínio fechado” que, isolada de todo o resto, padece na “solidão vazia da mônada, enterrada viva e condenada a uma cela de prisão sem saída”<sup>8</sup>.

Jameson ressalta a “nova falta de profundidade”, característica do pós-moderno, que se vê prolongada também na “teoria” contemporânea, na “cultura da imagem e do simulacro” e no “enfraquecimento da historicidade”, todas com grande impacto nas experiências cotidianas e na produção cultural de vídeos de arte, arquitetura, textos, artes plásticas e cinema e sobre a noção de “tempo histórico”. Segundo ele, quando se priva a sociedade de toda historicidade, seu passado não é mais do que um “conjunto de espetáculos empoeirados”. O sujeito, então, se perde em tentativas desesperadas de recuperar um passado perdido, condenado que está “a buscar a História através de

<sup>7</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Editora Ática, 1996, p. 14-16.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 43.

nossas próprias imagens *pop* e dos simulacros daquela história que continua para sempre fora de nosso alcance”. Incapaz de organizar seu passado e seu futuro como uma experiência coerente, o sujeito se perde num presente que mais lhe parece um amontoado de fragmentos<sup>9</sup>.

Ante a impossibilidade crônica da resolução de tal desiderato, e na ânsia de atenuar os conflitos, é que elaborações ideológicas mistificadoras surgem, se metamorfoseiam, são superadas e renascem à mercê de novos rótulos e velhas prescrições que, sobremaneira, negam o potencial autorrealizador da atividade humana, excluindo o trabalho de todas as análises qualitativas e decisões significativas.

O canto pós-moderno, entretanto, no esforço de dar consistência à perspectiva que defende, mediante um léxico característico, se aferra na pregação das (des)continuidades, do efêmero, do volátil, do aleatório e do imprevisível, que perpassam todos os setores da sociedade, inclusive a esfera do Estado, que, marcado pelo do fenômeno da globalização<sup>10</sup>, se “desterritorializa”, pondo em xeque o “espaço” de proteção dos interesses particulares das pessoas.

No plano econômico, as indústrias financeiras, de serviços e de informação e comunicação assumem posições centrais na organização da materialidade, triunfando sobre a produção tradicional. E, como não poderia deixar de ser, todos esses elementos consomem também as subjetividades e os modos de ser, pensar e estar adequados a esse “novo” mundo.

Seguindo essa perspectiva, Lyotard (2009) expressa a vocação do cenário pós-moderno, que, segundo ele, é essencialmente “cibernético-informático e informacional”. Assim, os estudos e pesquisas sobre linguagem, “inteligência artificial”, estrutura e funcionamento do cérebro detêm prioridade de interesse.

---

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 52.

<sup>10</sup> O termo “globalização” – resultado do movimento do capital - é um exemplo do que Mészáros também considera reduto da mitologia burguesa da “universalidade globalizante” que tanto se propala. A defesa do fenômeno, geralmente em favor dos centros mais dinâmicos de dominação e exploração do capital, implica a desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo no “Terceiro Mundo”, aos quais nada se oferece além da taxa diferenciada de exploração. (MÉSZÁROS, 2009b, p. 64). A globalização é uma condição necessária para o desenvolvimento humano, mas a forma em que é exequível e sustentável é a de uma globalização socialista, com base nos princípios da igualdade substantiva.

Nessa abordagem, o conhecimento científico – considerado insuficiente para explicar e justificar os fenômenos sociais – deve limitar-se a uma informação de certo tipo, traduzível ou compatível com as “máquinas informacionais” (*bit*), na qual se impõe a concepção da ciência como “tecnologia intelectual”, ou seja, uma prática submetida ao capital e ao Estado atuando como a particular mercadoria chamada “força de produção”. Sob a hegemonia da informática, consoante o autor, o conhecimento perde a sua condição de valor de uso, sendo produzido para ser “vendido”. O saber assume a expressão de um valor específico, um valor que só se realiza na troca, tornando-se a moeda corrente que define a disposição e a função do conhecimento no interior da sociedade de mercado “pós-industrial”.

A formação indispensável e prioritária persegue o critério do “melhor desempenho”, orienta com prioridade o impulso para o progresso (do capital). Nesse sentido, a transmissão do conhecimento se desvencilha da “realização da ideia” ou da emancipação dos homens, subordinando-se ao “essencial do transmissível” e ao critério do “vendável”, e, segundo interpretam, o conhecimento torna-se a nova força de produção (LYOTARD, 2009, p. 89).

No interior de tais horizontes, a política amarga a profunda crise de legitimidade que assola esse sistema de dominação. Imbuída do papel de reconstituição da coesão societária necessária ao sistema do capital, a política sucumbe à incapacidade de articular um plano global, de finalidade abrangente, contentando-se com as demandas de objetivos particulares ou segmentares. Sob a herança capitalista democrático-burguesa, a política mostra-se totalmente incompatível em relação a erradicar a miséria, inconciliável no que concerne à desigualdade à emancipação humana.

De fato, as mazelas sociais, certamente não se podem resolver por um ato da vontade política, especialmente se considerados as limitações objetivas e o caráter autodestrutivo que os processos regidos pelo capital impõem à efetivação das intenções no enfrentamento dos problemas sociais, alvo de um conjunto de prescrições assistenciais que cada vez mais se mostra incapaz de soluções duradouras. Isso porque o escopo da ação política burguesa é centrado em medidas legislativas de conteúdo paliativo que não atacam o fundamento da miséria social nem a estrutura da sociedade

capitalista, edificada na propriedade privada, acumulação ampliada do lucro, a divisão, exploração e alienação do trabalho.

Em Marx<sup>11</sup>, a resolução dos males sociais por meio da política de dominação constitui impossibilidade. Os países que consolidaram sua ordenação política nos moldes da democracia representativa e do Estado de direito burguês não conseguiram extirpar a miséria e o pauperismo do seio social, na medida em que a pobreza e a miséria, longe de constituírem problemas localizados e parciais, são universais e abarcam, de forma sempre crescente, a totalidade da classe trabalhadora, não tendo, portanto, a sua origem na burocracia política. Caso se admita que os males sociais são uma responsabilidade da ineficiência política – do partido adversário – o problema finda tratado circunscrito à estrutura política; nisso repousa seu erro.

No Estado burguês, quando se busca o entendimento do pauperismo, de fato, a estrutura material da sociedade não é alvo de questionamentos. Ele centra na mera expressão imediata da miséria social que, impermeável às soluções administrativas ou caridosas, assume a aparência de uma “lei eterna da natureza”, que independe dos homens e da qual não há saída. Ante, pois, tal infortúnio, nada pode fazer o Estado, a não ser “agrega(r) a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual, portanto, não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes, reprimir e punir como um delito”<sup>12</sup>.

Aos olhos da sociedade, cabe ao indivíduo desbravar o caminho da superação da sua condição de penúria. A educação se apresenta aos “desassistidos e sem cultura” como rota de fuga da grave situação de penúria social a que estão condenados. A falta de formação e cultura do trabalhador se exhibe como a grande responsável por sua condição deficitária, de ignorância e rebeldia. Note-se que, quando o intelecto político atribui o fracasso do trabalhador a sua “falta de educação”, este encobre - ao mesmo tempo em que arrasta e cultiva - a faceta mais perversa da sociedade de classes, a secular exploração que corrói a grande massa de trabalhadores pelo trabalho extenuante e pela miséria.

---

<sup>11</sup> In.: MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano. In.: *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Londrina, v. 3, n. 1, p. 142-155; fev. 2011.

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 146.

No Estado do sistema do capital, todo o arsenal cultural, político e ideológico disponível é utilizado a fim de obter a unidade social requerida. Nas sociedades capitalistas liberal-democráticas, a produção de uma coesão social, ainda que instável, se desenrola na forma de eleições parlamentares periódicas. Com a degradação da política parlamentar, porém, nem mesmo a moldura da participação eleitoral pode ser considerada “prova” da existência de um consenso popular democrático.

A crítica de Mészáros à prática política compatível com o modo de desenvolvimento imposto pelo sistema do capital abrange o sistema parlamentar e se estende ao próprio parlamento, embora não se restrinja a ele. As suas “limitações incuráveis” identificadas e veementemente expressas bem antes que o próprio Marx, já nos escritos de Rousseau, inviabilizam qualquer solução sustentável dos problemas sociais genuínos no interior da máquina eleitoral ou da estrutura política parlamentar. Isso porque o capital é uma “força extraparlamentar” onipotente de nossa ordem social por excelência. O sistema do capital não apenas domina e governa o parlamento de fora, como também alega uma relação igualitária com as forças políticas alternativas do movimento da classe trabalhadora<sup>13</sup>. A desigualdade fundamental, no entanto, entre capital e trabalho nas relações materiais de poder torna a representação da classe do trabalho, que é materialmente subordinada, “vazia” ou “estritamente” política, evitando qualquer alteração significativa nas relações capitalistas.

Ao contrário, porém, do que possa se supor, não tratamos aqui de uma rejeição *a priori* da política. A política, como concebe Mészáros, é sim um importante instrumento mediador para a transformação social. Desde que aliada à luta social mais ampla, que assegure aos trabalhadores o controle das relações sociais e produtivas, a política será tão mais eficaz quanto mais se tornar desnecessária, até a sua total anulação, tão logo o objetivo da transformação radical da sociedade seja atingido.

Seguindo a indicação de Mészáros, a questão a ser perseguida envolve, dentre outras, a negação das amarras parlamentares como a única estrutura legítima da ação política. A participação política parlamentar deverá ser complementada e ampliada por um novo modo de ação política, determinada genuinamente pelas massas, de forma que

---

<sup>13</sup> Cf. Mészáros, 2007, p. 281.

se contraponha ao poder do capital e garanta a restituição da tomada de decisão política da qual a base social foi alienada ao longo do tempo.

As “mediações políticas necessárias” realizadas pelos sujeitos reais do processo produtivo geral - o conjunto dos trabalhadores - devem se traduzir em estratégias e tarefas imediatas que espreitem o horizonte maior da transformação radical da sociedade. Para tanto, a participação reificada da democracia liberal burguesa, do indivíduo pós-moderno, isolado e autossuficiente, deverá ser suplantada pela estratégia da “participação genuína” em todos os níveis da tomada de decisão como forma de alterar as relações sociais, o que só pode ser obra da autogestão dos “produtores associados”.

### REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Tradução Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Tradução Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Vol. I. 26. ed. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

\_\_\_\_\_. *A questão judaica*. In.: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964, p. 35-73.

\_\_\_\_\_. *A guerra civil em França*. Tradução Ana de Sousa. Lisboa: Editorial Estampa, 1976, p. 22.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Cezar Castanheira et.al. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b.

\_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

PEIXOTO, Madalena Guasco. *A condição política na pós-modernidade: a questão da democracia*. São Paulo: Ed. Educ (PUC SP), 2004.